

DOIS ANOS DO 8/1

Atos em defesa da democracia

Planalto fará evento para lembrar ataques. Movimentos sociais organizam manifestação na Praça dos 3 Poderes, com participação de Lula

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prepara, para a próxima semana, uma cerimônia em memória dos ataques de 8 de janeiro de 2023. O evento será realizado no Palácio do Planalto e na Praça dos Três Poderes, na quarta-feira, e deve reunir autoridades de todas as esferas, civis e militares. Os convites já foram enviados para os atuais e futuros chefes dos Poderes, parlamentares, comandantes das Forças Armadas e ministros de Estado. Além disso, ao menos parte do ato será aberta para participação popular, com concentração na praça, em frente ao Planalto.

O evento marca dois anos desde que extremistas bolsonaristas invadiram e depredaram a sede da Presidência da República, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF), em movimento apontado pela Polícia Federal como uma das peças da tentativa de golpe de Estado, orquestrada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados mais próximos.

Foram convidados os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); e do STF, ministro Luís Roberto Barroso.

No ano passado, mesmo chamado pelo chefe do Executivo, Lira se ausentou de última hora, explicando que um familiar sofreu problemas de saúde. Também foram convidados os principais cotados para substituir os atuais presidentes do Congresso, em eleições que ocorrerão no mês que vem: o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), que deve assumir o comando da Câmara; e o senador Davi Alcolumbre (União-AP), futuro chefe do Senado.

Porém, devido à agenda de recessos e a viagens de autoridades, a lista de participantes ainda está em aberto. O STF, por exemplo, deve ser representado pelo ministro Edson Fachin, vice-presidente da Corte, que divide o plantão com Barroso durante a pausa do Judiciário. Já Lira e Pacheco ainda não confirmaram participação.

O presidente Lula também convocou todos os seus 38 ministros para o evento, durante jantar de confraternização no fim do ano. Além disso, chamou os comandantes das Forças Armadas: general Tomás Paiva, do Exército; tenente-brigadeiro do ar Marcelo Kanitz Damasceno, da Aeronáutica; e almirante de esquadra Marcos Sampaio Olsen, da Marinha. O **Correio** apurou que os comandantes confirmaram

João Risi / Audiovisual / PR



Réplica da Constituição em frente ao Palácio do Planalto, em 8 de janeiro de 2024: cerimônia deste ano ocorrerá na sede do governo

Evento no Congresso

No ano passado, a cerimônia foi realizada no Senado Federal, com a participação de cerca de 500 pessoas, incluindo Lula, ministros do Supremo, ministros de Estado, governadores e parlamentares.

Inclusão do ex-presidente

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, avalia que o projeto de lei é o caminho para reverter a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro. "Vamos lutar para incluir Bolsonaro, porque a condenação dele foi simplesmente absurda. Só porque conversou com embaixadores e disse que era contra as urnas. É a opinião dele, que tem de ser respeitada", afirmou, em outubro passado. "(O projeto de lei) não trata do assunto do Bolsonaro. Vamos ter de fazer isso no andar da carruagem."

presença, assim como o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro.

O ato deste ano ocorre após importantes revelações sobre uma tentativa de golpe de Estado no país, entre o fim de 2022 e o início de 2023, que culminou na invasão da Esplanada. A PF concluiu seu inquérito e indiciou Bolsonaro e 36 dos seus aliados por terem conspirado para tentar impedir a posse de Lula, inclusive, planejamento do assassinato do petista, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes, do STF.

A grande maioria dos

indiciados são militares, incluindo o tenente-coronel Mauro Cid, cuja delação embasou o inquérito, e o general Walter Braga Netto, ex-ministro do governo Bolsonaro, que está preso por tentativa de interferir nas investigações.

A participação dos comandantes no ato de quarta-feira, portanto, simboliza um distanciamento das Forças Armadas, como instituições, dos envolvidos no golpe. As investigações, porém, causaram constrangimento. Braga Netto se tornou o primeiro general de quatro estrelas, na história, a ser preso, e a participação de um

grande número de kids pretos — as Forças Especiais do Exército — iniciou conversas, inclusive, sobre a extinção do batalhão. A medida, no entanto, foi considerada exagerada pelo Planalto, mas o Exército estuda reformular o setor de Operações Especiais.

Projeto de anistia

A cerimônia ocorrerá em meio à pressão de parlamentares opositores pela aprovação do Projeto de Lei (PL) de Anistia, proposta que extingue a pena de todos os condenados e investigados pelos golpistas de 8 de janeiro — o que pode beneficiar Bolsonaro. O texto foi pautado por Lira, mas a comissão especial, necessária para apreciar o projeto, ainda não foi instaurada. A oposição pretende colocar a anistia como prioridade para este ano.

Finalmente, a discussão sobre atos extremos também ganhou força após o atentado de novembro em frente ao STF, quando um homem-bomba tentou entrar no prédio com explosivos e, não conseguindo, arremessou artefatos contra a fachada. Em seguida, deitou-se com a cabeça ao lado de uma bomba, que detonou e o matou.

Participação popular

Uma das diferenças em relação ao ato de 2024, que marcou um ano dos ataques, é a participação popular. Movimentos preparam "ato em defesa da democracia" para a Praça dos Três Poderes, com previsão para começar às 11h. Durante a solenidade, Lula deve descer a rampa do Planalto acompanhado de aliados, ministros e autoridades, e realizar um abraço simbólico.

A participação popular está sendo organizada por PT-DF, sindicatos e outras entidades da sociedade civil. Ao convocar a população para o ato, em suas redes e sites, a legenda destacou que o movimento é para rechaçar qualquer tipo de anistia para os investigados e condenados por atos golpistas, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Um outro ato paralelo está sendo organizado pelo PT em Araraquara, interior de São Paulo, cidade onde Lula estava quando começou a invasão na Esplanada e de onde determinou a intervenção federal na segurança do Distrito Federal. (**Colaborou Mayara Souto**)

Obras de arte voltam

Na cerimônia que marcará dois anos dos atos golpistas de 8 de janeiro, na quarta-feira, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) fará a entrega de 20 obras de arte do Palácio do Planalto que foram depredadas durante a ação extremista.

A restauração das peças custou cerca de R\$ 2,2 milhões e ocorreu em uma sala instalada no Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, numa parceria entre o Iphan e pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Entre as obras restauradas estão a pintura *As Mulatas*, de Di Cavalcanti; a escultura *O Flautista*, de Bruno Giorgi; e uma ânfora portuguesa de cerâmica.

O laboratório de restauração empregou mais de 30 pessoas durante 2024, e a equipe atuou para reparar obras em madeira, telas, papel, metal e cerâmica, materiais que demandam técnicas diferentes.

As peças de arte foram documentadas, limpadas, coladas, preenchidas e pintadas, de forma a restaurar sua condição o mais próximo possível do estado original. Os objetos poderão ser expostos novamente no Planalto.

O Supremo Tribunal Federal (STF) também decidiu apostar nas artes para não deixar os ataques serem esquecidos. Durante a tarde, na quarta-feira, a Corte fará sua própria solenidade, com discurso do ministro Edson Fachin, vice-presidente da Corte, e apresentação de obras feitas com destroços das sedes dos Três Poderes, criadas por quatro artistas plásticos da capital federal.

Valéria Pena-Costa reuniu 60 mulheres para reconstruir simbolicamente o manto da ministra Rosa Weber, que presidia o STF durante os ataques. A obra foi intitulada *Manto da Democracia*. Carppio de Moraes, por sua vez, fez uma pintura sobre tela em tons de preto representando luto pelas páginas carbonizadas da Constituição Federal.

Já Marilu Cerqueira criou uma impressão da bandeira com frases representando a destruição no STF, usando pedaços de vidro, telas de celulares e tablets quebrados e lascas de mármore e pedra portuguesa. Por fim, Mário Jardim representou a palavra "democracia" referido em um espelho e seus fragmentos.

Na ocasião, também lançará um site com informações sobre o 8 de janeiro. (**VC e MS**)

Retorno ao Planalto com uma série de desafios

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve voltar a trabalhar do Palácio do Planalto na segunda-feira, após semanas afastado da sede do governo por causa de um sangramento intracraniano.

O retorno coincide com um momento de turbulência do mercado financeiro. Paralelamente, o mundo político aguarda novos sinais do presidente da República sobre a reforma ministerial esperada para o primeiro semestre de 2025 e uma resolução para o impasse envolvendo as emendas parlamentares.

Lula passou mal, foi internado em Brasília e transferido para São Paulo na noite de 9 para 10 de dezembro. Na capital paulista, foi submetido às pressas a uma cirurgia para tratar um sangramento intracraniano — dias depois, houve novo procedimento no mesmo local.

Ele teve alta hospitalar em 15 de dezembro, mas ficou se recuperando em sua casa em São Paulo até o dia 19. De lá para cá, ficou entre o Palácio da Alvorada e a Granja do Torto. Teve reuniões de trabalho nos dois locais.

O governo enfrenta um descontentamento do mercado financeiro, agravado quando o

ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e medidas de contenção de gastos.

Lula deu diversas demonstrações de que estava satisfeito com os resultados na economia. Costumava dizer que as preocupações do mercado financeiro com a trajetória das contas públicas é injustificada. Aliados, porém, notaram uma inflexão no almoço que o chefe do governo promoveu com ministros no Alvorada em 20 de dezembro. Ele indicou que quer paz com o mercado financeiro. Também gravou vídeo ao lado do novo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, prometendo respeitar a autonomia da autoridade monetária.

Também no almoço com ministros, o presidente indicou que poderá fazer alterações no primeiro escalão de seu governo, mas não deu pistas de quais nem de quando. Antes, ele já havia dado um sinal inequívoco de descontentamento com a comunicação do Executivo. A fala, proferida em 6 de dezembro por videoconferência no seminário do PT, realizado em Brasília, foi entendida pelo mundo político

Ricardo Stuckert / PR



Lula passou semanas afastado da sede do governo por causa de um sangramento intracraniano

como sinal de que Paulo Pimenta, ministro da Comunicação Social, será demitido. Sidônio Palmeira, publicitário responsável pela campanha eleitoral

vitoriosa de Lula em 2022, deverá assumir o posto.

Aliados de Lula, porém, avaliaram que será necessária uma reforma ministerial mais ampla no

primeiro semestre de 2025. Essa provável alteração deve levar em consideração os resultados dos partidos nas eleições municipais de 2024 e a nova configuração de

forças que emergirá no Congresso Nacional depois das escolhas dos novos presidentes da Câmara e do Senado. Além disso, serviria para organizar o campo lulista para as eleições de 2026.

Emendas

O imbróglio das emendas parlamentares — suspensas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF) — vem causando desgaste político. O Congresso tem culpado o governo por não apoiá-lo politicamente no debate com a Corte.

Diante do impasse, deputados e senadores decidiram não votar a Lei Orçamentária Anual deste ano, no fim de 2024 — algo que não é raro, mas que carrega uma alta carga política de descontentamento dos congressistas com os demais Poderes da República. O governo funcionará no início deste ano com o chamado "duodécimo" (uma estimativa que leva em conta o valor necessário para o Executivo arcar com os gastos essenciais mês a mês).

Lula poderá precisar ter novas conversas sobre as emendas com a cúpula do Congresso.